



INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ
ORGANISATION INTERNATIONALE DU CAFÉ

PSCB 120/10

24 março 2010
Original: inglês

P

**Relatório da Junta Consultiva
do Setor Privado sobre a reunião
de 1^o de março de 2010**

1. A Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), presidida pelo Sr. Rodolfo Trampe, da Associação Mexicana da Cadeia Produtiva do Café (AMECAFÉ), reuniu-se pela 30^a vez em 1^o de março de 2010, na Cidade da Guatemala, Guatemala.

Item 1: Adoção da ordem do dia

2. A JCSP adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento PSCB-119/09 Rev. 2 e notou que um representante do setor privado da República da Coreia estava participando da reunião como observador.

Item 2: Relatório sobre a reunião de 21 de setembro de 2009

3. A JCSP aprovou o relatório sobre a reunião de 21 de setembro de 2009 que figura no documento PSCB-118/09 Rev. 1, com certos esclarecimentos e emendas ao parágrafo 4 (o déficit da produção de café da Colômbia devia-se principalmente ao tempo e ao aumento dos custos dos fertilizantes, em vez de a replantio substancial) e ao parágrafo 16 (a primeira metade da frase deveria ser suprimida).

Item 3: Situação do mercado cafeeiro

4. O Diretor-Executivo fez a apresentação do relatório sobre a situação do mercado cafeeiro em janeiro de 2010. Desde a primeira reunião, em setembro de 2009, os preços haviam-se recuperado, mas os benefícios de sua alta eram enfraquecidos pelo aumento dos custos de mão-de-obra e fertilizantes, pela evolução das taxas de câmbio e pelo impacto de

mais pragas e doenças em consequência dos maiores custos dos fertilizantes. Ele notou que a estimativa da produção de 2009/10 era de 123 a 126 milhões de sacas. Nos últimos meses, os diferenciais de preços entre Arábicas e Robustas haviam aumentado significativamente, e os diferenciais entre Suaves Colombianos e Robustas eram os mais altos de todos, em resultado das dificuldades com a oferta. No caso da Colômbia, a redução da safra tivera um impacto no mercado em 2008/09. Previa-se que em 2010 o consumo registraria um aumento de 1,5 a 2 milhões de sacas, após registrar 132 milhões de sacas em 2009. O aumento do consumo nos mercados emergentes era particularmente notável. Em resumo, o mercado deveria continuar a registrar os preços obtidos no momento. A JCSP tomou nota deste documento e do documento de trabalho WP-Council 199/10, que contém a última estimativa oficial da safra brasileira de 2009/10.

5. Na discussão deste item, foi esclarecido o aumento de produção na Indonésia em janeiro, que se atribuiu à inclusão de informações providas de relatórios estatísticos. O consumo na Indonésia agora era de mais de 3 milhões de sacas, e a produção precisava alcançar ao menos 10,5 milhões para atender a níveis de exportação de 6 a 7 milhões como nos anos anteriores.

6. Externou-se preocupação com os diferenciais vultosos de preços entre Arábicas e Robustas. O preço real dos Robustas era derivado do diferencial contra as bolsas de futuros. Houvera considerável volatilidade no último ano, e as estruturas habituais haviam mudado. O novo contrato do café de Londres aceitava padrões de qualidade inferiores aos do contrato anterior, e esses padrões não eram congruentes com o Programa de Melhoria da Qualidade do Café (PMQC). Também se externou preocupação com a especulação dos fundos nos mercados de futuros. No caso do Contrato “C” de Nova Iorque, um relatório mostrava a posição dos participantes da bolsa, diferenciando os participantes comerciais dos não-comerciais. Apesar de solicitações, o contrato de Londres não oferecia essa informação, e não era possível saber qual era o grau da exposição comercial e não-comercial no mercado. Havia necessidade de transparência na determinação dos preços. A volatilidade tanto nas bolsas de futuros de Nova Iorque como de Londres aumentara, causando grande preocupação. Um mercado com grandes diferenciais e prêmios causava dificuldades para toda a cadeia de valor. As bolsas de futuros não captavam o que vinha acontecendo a todos os cafés negociados no mercado. Os mercados estavam se desviando cada vez mais do comércio físico, devido à influência especulativa dos fundos, e o mesmo estava ocorrendo com outros produtos básicos. Seria útil examinar esta questão, pois ela ampliava os riscos que os negócios com café envolviam.

7. Observou-se que as informações sobre fundos vinha da Comissão do Comércio de Futuros de Commodities (CFTC). Um representante notou que o mercado, embora fosse um instrumento tanto para a descoberta dos preços quanto para a gestão de risco, havia falhado na primeira destas funções. Uma proporção considerável do café era negociada fora do mercado, e havia uma desconexão entre oferta e demanda. Seria útil fazer algum trabalho

nesta área. Também se sugeriu que a Organização poderia externar preocupação com os riscos que a indústria de café tinha de absorver devido aos problemas institucionais das bolsas. Poderia ser útil examinar por que os contratos cobrindo outros tipos de café em Nova Iorque não haviam atraído suficiente interesse da indústria. O Diretor-Executivo notou que no passado a OIC havia comparado a 1ª e a 2ª posições em Nova Iorque com o preço indicativo composto da OIC e que ela poderia voltar a fazer isso num relatório futuro.

8. No caso da Colômbia, a JCSP notou que a produção prevista para o primeiro semestre de 2010 era de 5,1 milhões de sacas de 60 kg, e esperava-se que a oferta de café desse país aumentasse nos próximos meses.

9. O Presidente propôs que a OIC fizesse um estudo da relação entre os preços do café físico e de futuros, ou convidasse representantes das bolsas de futuros de Londres e Nova Iorque ou da CFTC a fazer uma apresentação à JCSP ou ao Conselho em setembro de 2010, para esclarecer o que vinha ocorrendo no mercado.

Item 4: Conferência Mundial do Café

10. O Diretor-Executivo disse que a Conferência Mundial do Café se realizara na Cidade da Guatemala no período de 26 a 28 de fevereiro de 2010, sob a presidência do Presidente da Guatemala. Ela havia superado todas as expectativas, com mais de 1.400 participantes, e algumas idéias e propostas muito interessantes haviam sido apresentadas pelos oradores nas sessões sobre oferta, demanda e sustentabilidade. Um relatório preliminar seria apresentado ao Conselho em sua 104ª sessão. Na próxima reunião, a Secretaria apresentaria uma análise mais detalhada das propostas que haviam sido feitas, e a JCSP e o Conselho considerariam quais as melhores maneiras de implementá-las no contexto das atividades da OIC.

11. A JCSP registrou seus agradecimentos ao Governo da Guatemala e à Anacafé por sediar a Conferência e pelos notáveis preparativos e providências tomadas para o evento.

Item 5: Café e saúde

12. O Diretor-Executivo disse que oito países participavam do Programa de Educação sobre o Café para Profissionais da Saúde em 2010 (Alemanha, Espanha, Federação Russa, Finlândia, Itália, Países Baixos, Portugal e Reino Unido). A Dinamarca fora convidada a apresentar uma proposta para iniciar um programa de três anos. A mensagem geral do programa de 2010 era o papel do café numa dieta saudável e equilibrada. As doenças cardiovasculares, o câncer, a hidratação, os esportes e o mal de Alzheimer estavam entre os tópicos cobertos. Entre os instrumentos de comunicação utilizados estavam folhetos e panfletos para importantes grupos de profissionais da área da saúde e informações relativas a consumidores/pacientes dirigidas a esses profissionais, bem como sites para uso por eles em cada país. Em 2009, o Regulamento da UE relativo às alegações nutricionais e de saúde

sobre os alimentos entrara em vigor. Embora se aplique a qualquer coisa que sugira uma relação entre um alimento ou componente de um alimento e a saúde, incluindo afirmações em rótulos, em publicidade e em folhetos relacionados com marcas e produtos, o Regulamento não abrange as comunicações dirigidas a grupos de profissionais da área da saúde. As comunicações sobre o café e a saúde precisavam ser cuidadosamente desenvolvidas em termos do conteúdo e do público visado. Um workshop fora realizado na OIC em janeiro de 2010 para pôr os gestores das associações europeias a par do Regulamento. Eles foram avisados de que todos os materiais dirigidos a grupos das áreas da saúde/médicas deveriam indicar que esses materiais foram elaborados para os grupos em questão, e não para os consumidores. As comunicações deveriam ser cientificamente precisas e evitar exageros na apresentação das informações científicas ou alegações que sugeriam “prevenção” ou “cura”.

13. No caso do Programa “Positively Coffee”, o site fora relançado nos quatro idiomas, e informações atualizadas agora estavam disponíveis em todos os idiomas. Os Membros exportadores anteriormente haviam empenhado verbas para o Programa, e os recursos do Fundo de Promoção estavam quase no fim. O Diretor-Executivo estava em contato com o Instituto de Informação Científica sobre o Café (ISIC) para tratar da melhor maneira de dar continuidade à colaboração entre ambas organizações e da possível estrutura do Programa no futuro.

14. Na discussão deste item, notou-se a importância dos programas sobre café e saúde tanto nos países produtores como consumidores. Na Alemanha, 10% dos médicos ainda recomendavam não tomar café, e os programas referentes ao café e à saúde poderiam ter um impacto positivo no consumo. O Regulamento da UE restringia o que se podia alegar sobre o café. As associações talvez pudessem usar terceiros tais como associações ligadas à medicina para transmitir mensagens sobre o café e a saúde. As regras sobre o que se afirmava sobre o café e a saúde nos EUA também eram restritivas, e as mensagens nas embalagens ou em sites tinham de receber autorização das autoridades apropriadas. O Programa “Coffee Delivers” (“O Café Desempenha”) havia-se concentrado no uso de terceiros que dispunham de maior flexibilidade no que podiam afirmar. Na África também havia necessidade de informar as profissões da área da saúde sobre o café. El Salvador havia realizado pesquisa sobre o uso da polpa/subprodutos do café como suplementos proteínicos que poderiam beneficiar as populações que sofrem de deficiência de nutrição e oportunamente compartilharia esta experiência com os outros Membros. A JCSP tomou nota desta informação.

Item 6: Aspectos da segurança alimentar

15. A JCSP notou que o Diretor-Executivo havia distribuído o documento ED-2078/09, relativo à Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e a um aviso sobre a disponibilidade de um abaixo-assinado para revogar as tolerâncias concedidas a certos pesticidas relevantes para o café.

16. O representante da All Japan Coffee Association (AJCA) fez uma apresentação sobre importações de café e resíduos agroquímicos, observando que seria benéfico se houvesse um padrão global comum em vez de padrões diferentes em países diferentes. Uma cópia de sua apresentação foi distribuída na reunião e pode ser fornecida pela Secretaria, mediante solicitação. Em resposta a uma pergunta sobre por que os Limites Máximos de Resíduos (LMRs) eram mais baixos no Japão, ele disse que isso se devia ao fato de que o Governo se baseava nos níveis utilizados para os produtos agrícolas cultivados em seu país. Por não cultivar café, o Japão não tinha experiência específica nesta área, e ele acolheria de bom grado informações procedentes da UE e dos EUA sobre os dados e as bases utilizados para fixar LMRs em ambos, que poderiam ser úteis na revisão dos LMRs no Japão.

17. Na discussão deste item, observou-se que era importante que os LMRs fossem corretos, consistentes e razoáveis tanto para os países produtores como consumidores. Seria útil dispor de padrões comuns para testar, para que os testes fossem realizados de maneira consistente. Outro delegado notou que cada país estabelecia seus próprios padrões, e que as mudanças dos níveis eram notificadas à Organização Mundial do Comércio. Seria difícil obter acordo em torno de um padrão internacional que todos os países pudessem seguir. Os membros da JCSP foram convidados a disponibilizar cópias de estudos e informações científicas sobre este tópico para ajudar a AJCA a trazê-los à atenção de seu Governo.

18. A JCSP notou que, no caso da Ocratoxina A (OTA) e da legislação da UE, em meados de 2009, a DG SANCO publicara o projeto de uma emenda ao Regulamento (CE) Nº 1881/2006, de 19 de dezembro de 2006, fixando limites máximos para certos contaminantes nos alimentos. A referência ao café verde fora suprimida, pois os produtos acabados do café já eram regulados por limites máximos. O projeto fora adotado pelo Comitê Permanente em setembro de 2009 e apresentado ao Parlamento para exame e publicação no Jornal Oficial. Em sua 72ª reunião, em fevereiro de 2010, o Comitê Conjunto de Especialistas FAO/OMS em Aditivos Alimentares (JECFA) continuara a avaliar contaminantes, entre os quais a acrilamida e o furano. Um estudo (“O furano no café: estudos-pilotos sobre a formação na torra e as perdas nas etapas da produção e do manejo pelo consumidor”) fora publicado. A principal mensagem era que o furano diminuía a cada etapa. Os resultados das análises durante as primeiras fases do processo, portanto, não poderiam ser equiparados com os da ingestão real. Precisava-se de consenso sobre como o furano era medido, pois os níveis no café torrado e moído diferiam dos encontrados numa xícara de café.

19. Com respeito à acrilamida, a UE estava examinando os primeiros resultados da monitorização da acrilamida nos alimentos. No caso do café, uma distinção precisava ser feita entre o café torrado e o instantâneo, e sugestões atinentes a uma categorização significativa dos produtos haviam sido transmitidas à Comissão Europeia. Um Comitê de Especialistas se reunira em fevereiro de 2010 para orientação quanto aos níveis de acrilamida. Mais tarde este ano, a Confederação das Indústrias Agro-alimentares da UE (CIAA) deve

realizar um workshop sobre contaminantes, disponibilizando informações atualizadas sobre instrumentos de mitigação da acrilamida. A Agência Europeia dos Produtos Químicos estava considerando uma solicitação de classificar-se a acrilamida como Substância Muito Preocupante. Esta referência seria às formas de acrilamida usada em ambientes industriais – por exemplo, na fabricação de plásticos e no tratamento de água –, não se relacionando com a acrilamida nos alimentos; mas confusão poderia surgir. Com respeito a metais pesados, era improvável que as discussões dos Estados-Membros sobre níveis máximos de cádmio inicialmente focalizassem o café; mas isso poderia acontecer numa segunda rodada. Com respeito a pesticidas, o projeto de uma diretiva que estabelece um Quadro de Ação a Nível Comunitário para a Utilização Sustentável dos Pesticidas (COM (2006) 373) havia sido adotado formalmente pelo Conselho da UE em outubro de 2009, e em breve a diretiva seria publicada no Jornal Oficial. A legislação entraria em vigor 20 dias após sua publicação. A Diretiva introduzia normas voltadas para a redução do impacto dos pesticidas na saúde humana e no meio ambiente. Ela se dirigia ao mercado da UE, mas as idéias subjacentes poderiam filtrar-se até penetrar atividades internacionais, por exemplo, através do Codex Alimentarius. A UE publicara no Jornal Oficial o Regulamento (CE) N^o 901/2009, referente a um programa coordenado multianual de controle da Comunidade para 2010-2012, para assegurar a observância dos LMRs e avaliar a exposição dos consumidores aos mesmos. O café não era visado.

20. Quanto aos resíduos de pesticidas detectados nos grãos de café verde enviados da Etiópia ao Japão em abril de 2008, a JCSP notou que a situação no Japão não mudara desde o primeiro relatório sobre a contaminação, devido a alguns relatórios negativos sobre a análise da contaminação, que, em algumas importações, ultrapassava os limites japoneses; e que para os importadores era difícil continuar a negociar como antes. A AJCA estava grata pelos esforços do Governo da Etiópia para resolver a questão e esperava que o comércio voltasse a seus volumes normais logo que possível. A JCSP notou, ainda, que a Associação dos Cafés Finos da África Oriental (EAFCA) estava trabalhando com a Etiópia no exame da questão.

21. No caso do comunicado da Agência de Proteção Ambiental dos EUA sobre um abaixo-assinado para revogar as tolerâncias a certos pesticidas relevantes ao café, a JCSP notou que cópias dos materiais recebidos haviam sido publicadas na Internet e podiam ser consultadas no site www.regulations.gov.

22. Com respeito a outras questões, em 2009 um projeto de lei da Casa dos Representantes incluía disposições sobre rastreabilidade que teriam implicações significativas de custos para os produtores. O projeto de lei do Senado era mais favorável, e seu exame estava agendado para as próximas semanas, mas era possível que o projeto fosse emendado para incluir as disposições sobre rastreabilidade. Se estas fossem adotadas, a legislação teria implicações para os negociantes e exigiria que eles mantivessem registros de onde cada saca

se origina. Isso criaria um ônus considerável para os produtores. Outra exigência poderia ser que os importadores verificassem a rastreabilidade do café a importar. Esforços estavam sendo feitos para evitar isto e alcançar um compromisso na redação.

23. Na Califórnia, duas questões envolvendo a acrilamida tinham implicações para a indústria. No primeiro caso, um processo estava correndo no Estado da Califórnia para forçá-lo a fazer cumprir a Proposição 65, relativa a questões ambientais e hídricas. Se o processo tivesse êxito, os produtos do café na Califórnia precisariam ser rotulados como carcinogênicos. A indústria do café estava apoiando um recurso contra esta medida. Em segundo lugar, ação estava sendo intentada por um caça-fortunas, que alegava que diversas empresas estavam violando a Proposição 65. Caso elas não se conformassem com a interpretação da lei dentro de 60 dias, litigação nos tribunais civis poderia ser instaurada para exigir que as companhias usassem rótulos nas embalagens de café pronto-para-beber indicando que ele contém acrilamida. A situação estava sendo avaliada pelos advogados das empresas. Em ambos os casos, a introdução de rótulos teria implicações de custos significativas para os fornecedores, além de ter conseqüências potencialmente negativas para o consumo na Califórnia e além dela.

24. A JCSP tomou nota dos relatórios cobertos por este item.

Item 7: Programas para eliminar o trabalho infantil

25. A JCSP notou que o Diretor-Executivo distribuía o documento ED-2079/09, convidando os Membros exportadores a fornecer informações atualizadas ao Departamento do Trabalho dos Estados Unidos (USDL) sobre iniciativas para eliminar o trabalho infantil. O café estava incluído entre os produtos que, segundo o USDL, envolviam trabalho infantil, em 12 países listados.

26. O representante da AMECAFE fez uma apresentação sobre iniciativas para reduzir o uso de trabalho infantil no setor cafeeiro mexicano, uma cópia da qual foi disponibilizada na reunião, juntamente com um CD-Rom. Observou-se que a implementação de programas envolvia custos adicionais para os produtores, mas que isso não era refletido nos preços.

27. A JCSP notou que a Nicarágua já apresentara um relatório sobre esta questão. A Colômbia preparara um relatório sobre providências tomadas, no qual ela também examinava definições de trabalho infantil, e em breve apresentaria esse relatório ao USDL e à OIC. Uganda e outros membros da EAFCA enviariam informações oportunamente. Os membros da JCSP foram instados a encaminhar cópias de dados e relatórios à National Coffee Association of the USA (NCA), como contribuição para a solução desta questão. Durante a discussão, um membro notou que se tratava de uma questão emotiva, e que relatórios sobre o trabalho infantil e o café em um país poderiam ter um impacto negativo em todos os países. Embora diversos países estivessem tomando medidas para enfrentar o problema, corria-se o

perigo de que a percepção pública não fosse positiva. O USDL exigia provas significativas de que a questão do trabalho infantil estava sendo encarada. Programas específicos, como os empreendidos pelo México eram muito úteis e poderiam ajudar as associações dos países consumidores a refutar acusações e mostrar que a questão estava recebendo atenção. Observou-se que alguns compradores incluíam em seus contratos cláusulas com penalidades para a eventualidade de se descobrir envolvimento de trabalho infantil. As apresentações indicavam que medidas estavam sendo tomadas para reduzir o trabalho infantil, que poderia gerar preocupações com sua existência.

28. A JCSP notou que o item do trabalho infantil permaneceria em sua ordem do dia, e os Membros produtores foram convidados a apresentar em reuniões futuras informações atualizadas sobre medidas tomadas para tratar desta questão.

Item 8: Preparativos para a implementação do AIC de 2007

Item 8.1: Documentos estratégicos

29. A JCSP notou que, em sua 104^a sessão esta semana, o Conselho apreciaria o projeto de um plano de ação estratégico (documento de trabalho WP-Council 173/08 Rev. 4) e o projeto da estratégia de desenvolvimento para o café (documento de trabalho WP-Council 191/09 Rev. 1).

Item 8.2: Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro

30. O Chefe de Operações disse que o Conselho levaria adiante suas discussões sobre a implementação do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro e, em sua 104^a sessão esta semana, examinaria o relatório sobre um workshop realizado em setembro de 2009 (documento ICC-103-15) e outros documentos de trabalho. A JCSP tomou nota desta informação.

Item 9: Itens em exame contínuo

Fornecimento de dados estatísticos sobre o setor privado

31. A JCSP notou que os Países Produtores de Arábicas Suaves Lavados haviam estabelecido o site www.mildwashedcoffees.org, que contém informações procedentes dos nove países participantes (Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru e República Dominicana). Encontram-se no site dados estatísticos históricos e correntes sobre esses países, incluindo taxas de câmbio, produção, exportações, importações, consumo interno e notícias. Os dados são fornecidos pelas instituições cafeeiras desses países. Mais países poderiam ser incluídos oportunamente. O Diretor-Executivo

notou que seria útil que os provedores de dados trabalhassem com a Seção de Estatística da OIC e examinassem questões tais como definições, datas de exportações, etc. para expandir as estatísticas e evitar discrepâncias de dados sobre o setor cafeeiro mundial.

Programa da Melhoria da Qualidade do Café (PMQC)

32. A JCSP tomou nota do documento EB-3969/10, que contém relatório sobre análises de classificação dos cafés Arábica e Robusta no ano cafeeiro de 2008/09, e do documento EB-3970/10, que contém relatório sobre o PMQC no ano cafeeiro de 2008/09. Solicitou-se ao Diretor-Executivo que contatasse a Bolsa Intercontinental (ICE) para obter mais dados e análises referentes ao gráfico 1 do documento EB-3969/10, que indicava que, embora a qualidade da bebida houvesse aumentado, a qualidade das classificações diminuiria.

Rede Mundial de Genômica do Café (ICGN)

33. A JCSP notou que o Diretor-Executivo distribuía o documento ED-2086/10, convidando os Membros a considerar maneiras de se coordenar e cooperar com a ICGN para tratar do desenvolvimento de um projeto ou programa de trabalho relativo ao genoma do café que trouxesse benefícios de longo prazo ao setor cafeeiro. A questão seria discutida pela Junta Executiva em sua reunião de 1^o de março de 2010.

Fórum sobre Gestão de Questões Cafeeiras

34. A JCSP notou que o Fórum fora iniciado pela NCA e a Associação Nacional do Café da Guatemala (Anacafé) para identificar questões que afetam o setor cafeeiro, com a sustentabilidade do produtor sendo considerada uma prioridade alta. Os resultados haviam sido apresentados. Estavam prosseguindo os esforços para achar meios de implementar o Fórum o ano que vem, e a NCA e a Anacafé continuariam a discutir esta iniciativa.

Indicações geográficas

35. Não havia informações adicionais a apresentar sobre este tópico.

CoffeeClub Network da OIC

36. A JCSP notou que o consultor apresentaria relatório ao Comitê de Promoção sobre o CoffeeClub Network (www.coffeeclubnetwork.com).

Recursos para o Fundo de Promoção da OIC

37. A JCSP notou que o Fundo de Promoção estava agora quase vazio, e que consideração teria de ser dada à possibilidade de, no futuro, usar o Fundo Especial para

atividades de promoção, pois recursos eram necessários para projetos. A questão fora discutida em reuniões anteriores, e os produtores julgavam que o Fundo deveria ser usado para atividades a serem levadas a cabo com os consumidores.

Item 10: Representantes e titulares de cargos da JCSP

38. A JCSP decidiu designar o Sr. Robert Nelson, da NCA, seu Vice-Presidente para o ano cafeeiro de 2009/10.

39. O Presidente notou que só havia sete associações dos consumidores na JCSP no momento. Ele convidou os membros da JCSP a consultar seus Governos, para que o Conselho oportunamente pudesse designar outro representante para os anos cafeeiros de 2009/10 e 2010/11.

Item 11: Recomendações ao Conselho

40. A JCSP notou que, como o Presidente da JCSP também era Presidente do Conselho, o Vice-Presidente deveria apresentar relatório à 104^a sessão do Conselho sobre os resultados da reunião em curso.

Item 12: Outros assuntos

41. Não havia outros assuntos a discutir.

Item 13: Reuniões futuras

42. A JCSP notou que sua próxima reunião se realizaria durante a 105^a sessão do Conselho, no período de 20 a 24 de setembro de 2010. O Diretor-Executivo consultaria os Membros sobre se futuras reuniões deveriam se realizar nas segundas ou nas quartas-feiras.